Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

em 30 de junho de 2022

WILL FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Diretoria

Felipe Felix Soares de Sousa
Diretor Geral

Ricardo Saad Neto
Diretor Corporativo

Contadora

Liliane Vicente Bifano
CRC 1SP-326110/O-9

04 Relatório da Administração 2022

07 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

11 Balanços Patrimoniais

12 Demonstrações do Resultado

13 Demonstração do Resultado Abrangente

14 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

15 Demonstração dos Fluxos de Caixa

16 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Relatório da Administração 2022

O Will Bank ("Grupo" ou "Will"), conglomerado composto pelas empresas Will S.A. Instituição de Pagamento, Will Financeira S.A. CFI (líder do Conglomerado Prudencial), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC"), Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") e Will Produtos Ltda ("Will Produtos") tem o prazer de divulgar as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2022.

Fundado em maio de 2017, o will bank é um dos maiores bancos digitais do Brasil. Além de oferecer cartões de crédito e débito, oferece também serviços de contas digitais, como conta remunerada, pagamentos, saques, transferências, recarga de celular e benefícios através da nossa loja, como cashbacks e cupons de desconto, tudo sem qualquer tarifa ou anuidade.

Acreditamos que o crédito é um direito humano e nossa ambição é levar soluções financeiras a todos os brasileiros, inclusive e especialmente, a aqueles que hoje não têm acesso ao sistema financeiro. Para atingir todos os brasileiros é preciso falar de forma simples e clara, gerando engajamento e confiança. Alinhado com essa estratégia, iniciamos nesse primeiro semestre de 2022 a primeira campanha nacional de branding do will bank, com o apoio da nossa equipe de embaixadores (Pabllo Vittar, Whindersson Nunes, Maisa Silva, Thelma e Simone), que estrelaram inserções publicitárias veiculadas na TV, internet e mídia outdoor. Esta iniciativa é fundamental para aumentar o reconhecimento da marca Will Bank e estreitar laços entre os nossos clientes e o nosso produto.

Diante desse desafio, nos tornamos pioneiros na emissão de cartão de crédito para o público desbancarizado, cerca de 33% dos nossos clientes não possuíam cartão de crédito antes dos nossos cartões, quase 60% moram na região nordeste e cerca de metade deles vivem em municípios com menos de 100 mil habitantes. Esse público, que os grandes bancos normalmente não atendem, demonstra uma enorme demanda por crédito. Em pouco mais de quatro anos recebemos cerca de 23 milhões de pedidos para o nosso produto e emitimos mais de 3,0 milhões de cartões de crédito. Nos primeiros seis meses de 2022, nossos clientes transacionaram mais de R$5,3 bilhões em nossos cartões, um aumento de 92% vs. o primeiro semestre do ano anterior, além de um total de R$3,9 bilhões depositados em conta em 2022, 842% superior na comparação anual. Um crescimento robusto, que reforça nossa capacidade de conceder crédito, oferecer produtos e ampliar nossos indicadores operacionais mesmo em um cenário macro mais desafiador, com aumento das taxas de juros e índices de inadimplência do mercado.

Nossa proposta de valor é ter sempre o cliente no centro e esse foco fica evidente nas avaliações do nosso app nas principais plataformas de download, com avaliação de 4,8 estrelas na App Store e de 4,4 estrelas na Play Store nos colocando entre os apps mais bem avaliados no setor de finanças.

Para sustentar a operação mantendo a excelência no serviço e a continuidade no desenvolvimento de novos produtos, tivemos um aumento em nosso quadro de colaboradores, que saiu de 853 no final do primeiro semestre de 2021, para os 1.225 colaboradores que fazem parte do nosso quadro atual, um aumento de 44%. Mesmo com esse expressivo aumento, atingimos um e-NPS de 60 e mantemos nossa avaliação acima de 4,7 estrelas no Glassdoor, nos colocando como uma das empresas mais bem avaliadas pelos colaboradores na plataforma.

Em agosto de 2021, alinhado com a estratégia de crescimento do Grupo, recebemos um aporte de R$250 milhões de fundos geridos por duas das maiores gestoras do país, a XP Investimentos e a Atmos Capital. Além do capital, as duas gestoras também trouxeram a experiência de outros projetos, sendo um diferencial fundamental no desenvolvimento estratégico e de governança do Grupo.

Nos últimos meses, celebramos duas conquistas que reforçam a nossa estrutura regulatória e pavimentam o caminho para essa e novas captações; i) a aprovação do aumento de capital mencionado acima e ii) a conclusão do processo de homologação da nossa Instituição de Pagamento frente ao Banco Central do Brasil.

Destaques Financeiros:

Receita de Intermediação Financeira
As receitas de intermediação financeira são geradas principalmente por atrasos nos pagamentos das faturas de cartão de crédito de clientes, juros de parcelamentos de faturas vincendas, do uso de limite através de produtos no crédito (como pagamento de boletos, transferências e saques no crédito) e floating. Em termos comparáveis, nossa receita bruta cresceu 76%, de R$306 milhões no primeiro semestre de 2021 para R$598 milhões no primeiro semestre de 2022, crescimento este diretamente relacionado ao aumento da nossa base de clientes, assim como na disponibilidade de produtos, o que potencializa o valor transacionado em nossos cartões e consequentemente, a receita por cliente.

Despesas com Captação
Os custos de captação são as despesas com juros e englobam todos os custos relacionados ao financiamento da nossa operação, principalmente despesas com emissão de CDB's e LC's pré e pós-fixados, distribuídos por corretoras parceiras. No primeiro semestre de 2022, esse custo subiu 195% comparado ao mesmo período do ano passado, é importante ressaltar que ao longo do período citado a taxa básica de juros SELIC aumentou 9 p.p., saindo de 4,15% a.a. em 30/06/2021 para 13,15% a.a. em 30/06/2022.

Provisões e perdas associadas ao risco de crédito
As despesas com provisões associadas ao risco de crédito cresceram de R$42 milhões no primeiro semestre de 2021 para R$75 milhões no primeiro semestre de 2022, uma variação de 79%. Por sua vez, as despesas com operação de venda ou de transferência de ativos financeiros cresceram 152%, saindo de R$134 milhões no primeiro semestre de 2021 para R$338 milhões no primeiro semestre de 2022. Além do aumento na carteira de crédito, os índices de inadimplência estão convergindo aos níveis pré-pandemia, fato este que vem ocorrendo no mercado como um todo. O desempenho do will bank em inadimplência vem se mostrando superior a média do setor em 2022.

Resultado de Intermediação Financeira
Decorrente do exposto acima, o resultado de intermediação financeira reduziu de R$87 milhões positivos no primeiro semestre de 2021 para R$59 milhões positivos no primeiro semestre de 2022, uma redução de 33%.

Receitas de prestação de serviço
As receitas de serviços são, principalmente, receitas de intercâmbio (um percentual do montante transacionado pelos nossos clientes). No primeiro semestre de 2022, a receita com serviços alcançou o montante de R$77 milhões, ante R$46 milhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 67%.

Despesas Gerais e Administrativas
As despesas gerais e administrativas, que englobam também as despesas com pessoal, alcançaram no primeiro semestre de 2022 R$181 milhões, um aumento em 74% comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento ocorreu por conta de: i) Aumento do quadro de colaboradores, necessário para acompanhar o crescimento das nossas operações e expansão de linhas de negócio; ii) início da nossa campanha nacional de branding, que impulsionou o nosso reconhecimento de marca e engajamento nas mídias da companhia; e iii) aumento das despesas de aquisição por conta do maior número de leads e também da nossa base de clientes.

Resultado Líquido
Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado apresentou uma reversão, saindo de R$26 milhões positivos no primeiro semestre de 2021 para R$50 milhões negativos no primeiro semestre de 2022.

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.950 de 30 de setembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN , descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis de conglomerados prudenciais previstas na Resolução nº 4.950 e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Conglomerado Prudencial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme descrito em nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.950 e das regulamentações complementares do BACEN . Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Limite de capital regulatório

Conforme descrito em nota explicativa nº 19 (a) às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, em 30 de junho de 2022, o Índice de Basileia apurado de forma consolidada por meio do Conglomerado Prudencial encontrava-se inferior ao mínimo regulatório requerido. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Administração da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório do auditor independente sem modificações em 29 de agosto de 2022, com parágrafo de ênfase sobre o limite de capital regulatório em 30 de junho de 2022 inferior ao mínimo requerido.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.950 e regulamentações complementares do BACEN , cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº CMN nº 4.950 e regulamentações complementares do BACEN , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a norma brasileira NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

2022SP016688

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Balanços Patrimoniais

EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		**218.152**	**253.913**
Disponibilidades	**5**	32.582	82.599
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5**	185.570	171.314
Instrumentos Financeiros		**3.590.323**	**2.831.096**
Títulos e Valores Mobiliários	**6**	559.055	507.817
Operações de Crédito	**7a**	1.139.286	706.917
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	**7d**	(164.662)	(97.599)
Recebíveis de Cartão de Crédito	**8**	2.070.864	1.725.441
Provisão para Perdas Associadas a Recebíveis de Cartão de Crédito	**8**	(19.024)	(11.480)
Relações Interfinanceiras		**4.805**	**–**
Outros créditos	**9**	**825.636**	**756.904**
Ativos Fiscais Diferidos	**15c.1**	**241.223**	**174.208**
Imobilizado de Uso	**10**	**30.045**	**25.442**
Intangível	**11**	**81.914**	**53.133**
Depreciações e Amortizações	**10/11**	**(28.241)**	**(24.711)**
Total de Ativo		**4.959.053**	**4.069.985**

Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos e Instrumentos Financeiros		**4.601.664**	**3.682.238**
Depósitos	**12a**	1.672.117	1.076.706
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	**12b**	818.396	875.682
Relações Interfinanceiras	**12c**	2.111.151	1.729.850
Provisões e Contingências Passivas	**13**	**3.223**	**2.354**
Passivos Fiscais Diferidos	**15c.2**	**10.386**	**5.889**
Outras Obrigações	**14**	**73.444**	**60.592**
Total do Passivo		**4.688.717**	**3.751.073**
Patrimônio Líquido			
Capital Social		300.000	50.000
Aumento de Capital		–	250.000
Reservas de Capital		57.495	57.495
Reservas de Lucro		2.395	2.395
Lucros Acumulados		7.015	–
Participação de Não Controladores		(96.568)	(40.978)
Total do Patrimônio Líquido	**16**	**270.337**	**318.912**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.959.053**	**4.069.985**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais - R$, exceto o número de ações e lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Receitas de Intermediação Financeira		**598.333**	**306.337**
Receitas financeiras de operações de crédito	**7c**	552.381	304.582
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5b**	10.611	1.604
Resultado de Títulos e valores mobiliários	**6b**	35.341	151
Despesas de Intermediação Financeira		**(465.002)**	**(177.350)**
Despesa de juros	**12d**	(127.025)	(43.102)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	**18**	(337.977)	(134.248)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		**(74.607)**	**(41.690)**
Despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(67.062)	(41.690)
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito		(7.545)	–
Resultado de Intermediação Financeira		**58.724**	**87.297**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(142.252)**	**(47.128)**
Receita de prestação de serviço	**17a**	77.476	46.311
Outras despesas relacionadas a crédito	**17c**	(17.639)	(13.135)
Despesa de pessoal	**17b**	(65.626)	(27.553)
Despesas administrativas	**17c**	(114.931)	(76.508)
Despesas tributárias	**15b**	(11.837)	(12.832)
Contingências	**17c**	(869)	(237)
Depreciação e Amortização	**17c**	(8.490)	(3.209)
Outras receitas operacionais	**17e**	14.674	41.250
Outras despesas operacionais	**17d**	(15.010)	(1.215)
Resultado Operacional		**(83.528)**	**40.169**
Resultado Não Operacional		**–**	**(2.150)**
Outras receitas (despesas)		–	(2.150)
Resultado antes de tributos e participações		**(83.528)**	**38.019**
Tributos e participações		**33.980**	**(11.983)**
IRPJ e CSLL correntes	**15a**	(28.510)	(32.476)
IRPJ e CSLL diferidos	**15a**	62.518	20.523
Participações Estatutárias no Lucro		(28)	(30)
Lucro Líquido e (Prejuízo) do semestre		**(49.549)**	**26.036**
Número de Ações		300.000.000	50.000.000
Lucro Líquido e (Prejuízo) por ação (em Reais)		**(0,17)**	**0,52**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais - R$)

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre	(49.549)	26.036
Resultado Abrangente do semestre	**(49.549)**	**26.036**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucro	Reservas de Capital	Lucro/ (Prejuízo) Acumulados	Total Contro-ladores	Total Não Contro-ladores	Total Patrimônio Líquido Conglomerado
Saldo em 31/12/2020		**50.000**	**–**	**1.103**	**10.931**	**(36)**	**61.998**	**19.433**	**81.431**
Lucro/(Prejuízo) do semestre		–	–	–	–	26.036	26.036	(22.404)	3.632
Reversão/Constituição de Reserva de Lucros e de Capital		–	–	(1.103)	49.507	(26.000)	22.404	–	22.404
Planos de participação societária futura		–	–	–	–	–	–	222	222
Saldo em 30/06/2021		**50.000**	**–**	**–**	**60.438**	**–**	**110.438**	**(2.749)**	**107.689**
Mutações no período		**–**	**–**	**(1.103)**	**49.507**	**36**	**48.440**	**(22.182)**	**26.258**
Saldo em 31/12/2021		**50.000**	**250.000**	**2.395**	**57.495**	**–**	**359.890**	**(40.978)**	**318.912**
Aumento de Capital	**16**	250.000	(250.000)	–	–	–	–	–	–
Lucro/(Prejuízo) do semestre		–	–	–	–	7.015	7.015	(56.563)	(49.548)
Planos de participação societária futura		–	–	–	–	–	–	973	973
Saldo em 30/06/2022		**300.000**	**–**	**2.395**	**57.495**	**7.015**	**366.905**	**(96.568)**	**270.337**
Mutações no período		**250.000**	**(250.000)**	**–**	**–**	**7.015**	**7.015**	**(55.590)**	**(48.575)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R$)

	Nota	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre		**(49.549)**	**26.036**
Ajustes ao resultado líquido			
Depreciação e amortização	**17b**	8.490	2.037
Provisões legais	**17b**	869	1.013
Despesa com provisão de liquidação duvidosa	**7e**	67.062	41.689
Resultado de IRPJ e CSLL diferidos	**15a**	(62.518)	(20.410)
Marcação a Mercado - TVM	**6a**	(606)	–
Juros não realizados		78.887	33.044
Despesa com provisão para IRPJ e CSLL	**15a**	28.510	–
Avaliação das cotas do FIDC a valor de mercado		–	222
Resultado Ajustado		**71.146**	**83.631**
Variação em ativos e passivos operacionais			
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	**6a**	(50.632)	1.170
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	**7a**	(432.369)	(251.213)
(Aumento)/Redução em Recebíveis de Cartão de Crédito	**8**	(337.879)	(376.021)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	**9**	(78.034)	51.794
Aumento/(Redução) em Depósitos	**12a**	516.524	262.966
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	**12b**	(57.286)	(99.941)
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras	**12c**	381.300	328.827
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	**14**	(3.711)	73.729
Imposto de renda e contribuição pagos		(7.450)	(32.476)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		**(69.536)**	**(41.166)**
Fluxo de caixa de atividades de Investimentos			
Participações em Coligadas e Controladas		–	2.556
Imobilizado de Uso e Intangível	**10/11**	(38.344)	(21.145)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em Investimentos		**(38.344)**	**(18.589)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamentos baseados em ações		973	–
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em financiamentos		**973**	–
Caixa e Equivalentes de caixa		**(35.761)**	**23.877**
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre		253.913	136.183
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre		218.152	160.060
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**(35.761)**	**23.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

O conglomerado prudencial Will Bank ("Will Bank"), em cumprimento à resolução CMN 4.280/2013, divulga suas demonstrações contábeis em que são consolidadas, a instituição financeira líder Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), a instituição de pagamentos Will S.A. Meios de Pagamento ("Will Pagamentos"), o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC"), Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") e Will Produtos Ltda ("Will Produtos").

O conglomerado tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamentos, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

A Will Financeira, foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor.

A Will S.A. Meio de Pagamento, antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova S.A. Meios de Pagamentos, detentora do produto digital Pag! cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag! Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Em 05 de outubro de 2020 a Supernova sofreu alteração de sua denominação para Will S.A. Meios de Pagamento, a mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo willbank.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Will Pagamentos, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamentos obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021.

A Will Produtos foi incluída no consolidado prudencial a partir de janeiro de 2022, a fim de prestar serviços de intermediação, administração de programas de fidelidades e relacionamento com clientes, serviços de marketing e promoções, análises estatísticas e pesquisas de mercado e outras atividades auxiliares dos serviços financeiros. Visando operacionalizar novos produtos, como a concessão de cashback aos clientes.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial para o semestre findos em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.950 de 30/09/2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.168 de 01/12/2021, do Banco Central do Brasil (BACEN) e atendem aos propósitos específicos da referida resolução. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, o grupo considerou ainda o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma o grupo, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis do conglomerado prudencial são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Will Bank.

Demonstrações contábeis consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações da Will Financeira, instituição líder do Conglomerado Prudencial, e das demais instituições assemelhadas no país e integrantes do grupo Will Bank, bem como fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios. Consideram-se assemelhadas, a Will Pagamentos, Will Holding, o FIDC e Will Produtos. Vale ressaltar que, societariamente, e a partir de Agosto de 2021 (nota 1), a empresa Will Pagamentos detém 100% de participação na Will Holding, que por sua vez detém 100% de participação na Will Financeira. Adicionalmente, a Will Pagamentos detém 100% das cotas do FIDC.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos entre as empresas, compreendendo às participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do conglomerado prudencial para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria do Will Bank, em 26 de agosto de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do grupo e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Will Bank possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação
Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii. Títulos disponíveis para venda
São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii. Títulos mantidos até o vencimento
São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício havendo atualização para o valor justo, exceto na ocorrência de perdas consideradas permanentes.

f) Recebíveis de Cartão de Crédito

Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. A carteira de recebíveis de cartão de crédito segue todas as regras de provisionamento do Banco Central (Resolução CMN nº 2.682).

g) Operações de Crédito/Provisão para perdas

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" são cedidas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC). Essas cessões são efetuadas sem coobrigação com transferência substancial de riscos e benefícios.

h) Relações Interfinanceiras

Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "*pro rata temporis*". Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais "*pro rata die*".

Atualmente a única modalidade de financiamento no balanço da Companhia é o Arrendamento Financeiro. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

j) Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito à partes relacionadas, de acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios

Nesse sentido, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado apurado na negociação, positivo ou negativo, é apropriado de forma diferida no resultado do período.

k) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são usufruídos pelo grupo.

l) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

m) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo grupo destinados à manutenção do Will Bank ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução BACEN 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo intangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

o) Letras de câmbio

Estão demonstradas pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) n ° 1.115, que alterou a Lei n° 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 16%, a partir de 01.08.2022 até 31.12.2022 nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1° do art. 1° da Lei Complementar n ° 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1° dia do 4° mês subsequente ao de sua publicação.

q) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Will Bank.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando o Will Bank entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

• Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
• Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
• Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

s) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto e foi preparada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

t) Resultados recorrentes/não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas,o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

O Grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O Grupo revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de Crédito

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para as operações de crédito firmadas, consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Disponibilidades	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Depósitos Bancários	31.714	71.875
Depósitos no Exterior em Moedas Estrangeiras	867	–
Reservas Livres	1	10.724
	32.582	**82.599**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
LTN - Letras do Tesouro Nacional	40.575	171.314
NTN - Notas do Tesouro Nacional	144.995	–
	185.570	**171.314**
Total	**218.152**	**253.913**

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2022	**2021**
	1º Semestre	**1º Semestre**
Compromissada - Posição Bancada	10.487	1.555
Aplicação em Depósito Interfinanceiro	124	49
Total	**10.611**	**1.604**

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

	30/06/2022				
	Vencimento		**Valor Contábil**	**Marcação**	
	Até 1 ano	**Depois 1 ano**	**sem MTM**	**a Mercado**	**Valor Contábil**
1 - Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras do Tesouro	269.382	136.719	406.101	606	406.707
2 - Mantidos para negociação					
Letras Financeiras do Tesouro	–	106.836	106.836	–	106.836
Fundos de Investimentos	43.474	–	43.474	–	43.474
2 - Disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	2.038	–	2.038	–	2.038
Total	**314.894**	**243.555**	**558.449**	**606**	**559.055**

	31/12/2021				
	Vencimento		Valor Contábil	Marcação	
	Até 1 ano	Depois 1 ano	sem MTM	a Mercado	Valor Contábil
1 - Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras do Tesouro	–	206.758	206.758	–	206.758
2 - Mantidos para negociação					
Letras Financeiras do Tesouro e Fundos de Investimentos	–	270.466	270.466	328	270.794
Fundos de Investimentos	29.795	–	29.795	–	29.795
2 - Disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	469	–	469	–	469
Total	**30.264**	**477.224**	**507.488**	**328**	**507.816**

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Títulos de Renda Fixa	20.038	151
Aplicações em Fundo de Investimento	15.303	–
Total	**35.341**	**151**

7. Operações de Crédito

Estão representados por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações de cartão de crédito da Will Pagamentos com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

a) Composição das Operações de Crédito por rating

	30/06/2022	31/12/2021
Nível de Risco	Carteira	Carteira
A	327.967	307.219
B	212.569	96.773
C	154.343	62.090
D	145.783	64.618
E	116.471	62.274
F	103.850	58.359
G	78.273	55.584
H	30	–
Total Geral	**1.139.286**	**706.917**
Circulante	**1.116.376**	**693.282**
Não Circulante	**22.910**	**13.635**

b) Composição das Operações de Crédito por vencimento

	30/06/2022	31/12/2021
Curso Normal	**327.967**	**307.218**
Parcelas vencidas	**45.129**	**40.131**
Até 14 dias	45.129	40.131
Parcelas a vencer	**282.838**	**267.087**
Até 3 meses	271.058	254.211
3 a 6 meses	7.896	9.298
6 a 12 meses	3.018	2.919
Acima de 12 meses	866	659
Curso Anormal	**811.319**	**399.699**
Parcelas vencidas	**476.315**	**296.718**
Até 14 dias	35.228	12.805
Acima de 14 dias	441.086	283.913
Parcelas a vencer	**335.004**	**102.981**
Até 3 meses	295.863	82.939
3 a 6 meses	22.560	11.545
6 a 12 meses	12.128	6.077
Acima de 12 meses	4.453	2.420
Total	**1.139.286**	**706.917**

c) Resultado das Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R$ 552.381 em junho de 2022 (R$ 304.582 em junho de 2021).

d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R$ 50 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99. Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da nova política de provisionamento, ficaram assim segregados:

	30/06/2022	31/12/2021
Nível de Risco	**PDD Total**	**PDD Total**
A	(1.640)	(1.535)
B	(2.126)	(968)
C	(4.630)	(1.863)
D	(14.578)	(6.462)
E	(34.941)	(18.682)
F	(51.926)	(29.180)
G	(54.791)	(38.909)
H	(30)	–
Total Geral	**(164.662)**	**(97.599)**

e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Crédito

Saldo em 30/06/2021	**76.495**
Constituição líquida de reversão 2° semestre 2021	21.104
Saldo em 31/12/2021	**97.599**
Constituição líquida de reversão 1° semestre 2022	67.062
Saldo em 30/06/2022	**164.662**

f) Créditos Renegociados

	30/06/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados no Período	160.278	111.147
Baixas por Cessão ao FIDC	8.605	9.408
Total	**168.883**	**120.555**

8. Recebíveis de Cartão de Crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Valores a receber cartão de crédito - faturado (a)	573.007	172.347
Valores a receber cartão de crédito - a faturar (b)	1.497.857	1.553.094
Total de Recebíveis de Cartão de Crédito	**2.070.864**	**1.725.441**
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (c)	(19.024)	(11.480)
Total de Provisão para Perdas	**(19.024)**	**(11.480)**
Circulante	2.051.839	1.713.961
Não Circulante	–	–

(a) Faturas emitidas aos clientes do cartão Pag e Will ainda não vencidas;
(b) Compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data não foram faturados;
(c) A provisão para perdas com recebíveis de cartão de crédito é constituída sobre o saldo das operações, com base em uma estimativa elaborada pela Administração.

9. Outros Créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Antecipação de transação de pagamento pós-pago (a)	90.696	90.495
Valores a receber - sistema financeiro (b)	435	55
Devedores Diversos no País	62.875	34.815
Impostos e Contribuições a Compensar (d)	8.804	19.005
Créditos a receber Will Pagamentos (e)	38.085	46.574
Despesas Antecipadas	144.189	86.549
Compensação a receber (c)	309.789	312.705
Valores pendentes de liquidação	170.496	166.428
Diversos	268	278
Total	**825.636**	**756.904**
Circulante	345.352	277.772
Não Circulante	480.285	479.132

(a) Antecipação de Transação de pagamento pós pago: está representado por direitos de crédito decorrentes de borderôs com deságio junto à Avista Cartões, e representadas por compras autorizadas de cartão de crédito (carteira não vencida), cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. Tais operações serão convertidas em operações de crédito somente se as pessoas físicas titulares dos cartões de crédito atrasarem ou parcelarem o pagamento de suas respectivas faturas mensais.

(b) Valores pagos antecipadamente para realização de serviços financeiros e recargas de celulares aos clientes ou a receber de outros participantes do sistema financeiro;
(c) Valores a receber por acordo firmado com ex-controladores, relacionados a segregação de saldos da cisão (Nota 1).
(d) Valores referentes a impostos e contribuições a compensar, sendo saldo majoritariamente composto por saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e outros tributos.
(e) Estão representados por valores a receber que a Will Pagamentos tem em decorrência dos valores faturados de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

10. Imobilizado de Uso

a) Composição do Imobilizado

	Saldo em	1º Semestre 2022		
	31/12/2021	Depreciação	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	(22)	3.691	3.669
Equipamento de Informática	933	(843)	1.302	459
Equipamento de Computação	15.879	(7.882)	18.774	10.892
Instalações	1.603	(1.163)	1.603	440
Máquinas e Equipamentos	2.278	(797)	1.482	685
Móveis e Utensílios	2.132	(1.701)	2.917	1.215
Telefonia	152	(135)	166	31
Veículos	762	(110)	110	–
Total	**25.442**	**(12.653)**	**30.045**	**17.392**

b) Movimentação Imobilizado

		1º Semestre 2022			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 30/06/2022
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	4.411	(8)	(2.414)	3.691
Equipamento de Informática	933	371	–	(2)	1.302
Equipamento de Computação	15.879	4.988	–	(2.093)	18.774
Instalações	1.603	–	–	–	1.603
Máquinas e Equipamentos	2.275	–	8	(804)	1.479
Móveis e Utensílios	2.134	786	–	(1)	2.919
Telefonia	152	14	–	–	166
Veículos	762	–	–	(652)	110
Total do Imobilizado - Custo Histórico	**25.442**	**10.570**	**–**	**(5.966)**	**30.045**
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	(1.561)	(12)	–	1.551	(22)
Equipamento de Informática	(810)	(35)	–	1	(843)
Equipamento de Computação	(8.621)	(1.336)	–	2.076	(7.881)
Instalações	(1.085)	(78)	–	–	(1.163)
Máquinas e Equipamentos	(1.528)	(65)	–	796	(796)
Móveis e Utensílios	(1.642)	(61)	–	1	(1.702)
Telefonia	(132)	(7)	–	–	(138)
Veículos	(762)	–	–	652	(110)
Total do Imobilizado - Depreciação Acumulada	**(16.141)**	**(1.594)**	**–**	**5.078**	**(12.656)**
Total do Imobilizado - Valor Residual	**9.301**	**8.977**	**–**	**(888)**	**17.389**

11. Intangível

a) Composição do Intangível

	Saldo em	1º Semestre 2022		
	31/12/2021	Amortização	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Programas de Computadores	366	(211)	1.894	1.683
Sistema de Processamento Adquirido	–	(104)	1.250	1.146
Desenvolvimento interno	52.103	(12.932)	78.107	65.175
Outros	663	(2.341)	663	(1.677)
Total	**53.133**	**(15.588)**	**81.914**	**66.326**

b) Movimentação do Intangível

	1º Semestre 2022			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2022
Programas de Computadores	366	278	–	644
Sistema de Processamento Adquirido	–	1.250	–	1.250
Desenvolvimento interno	52.103	27.709	(456)	79.357
Outros	663	–	–	663
Total do Intangível - Custo Histórico	**53.133**	**29.237**	**(455)**	**81.914**
Programas de Computadores	(71)	(37)	–	(107)
Sistema de Processamento Adquirido	–	(104)	–	(104)
Desenvolvimento interno	(6.527)	(6.818)	8	(13.337)
Outros	(1.973)	(66)	–	(2.040)
Total do Intangível - Amortização Acumulada	**(8.571)**	**(7.025)**	**8**	**(15.588)**
Total do Intangível - Valor Residual	**44.562**	**22.212**	**(447)**	**66.326**

12. Instrumentos Financeiros

a) Segregação por vencimento de Depósitos

Representados por Depósitos a prazo (CDBs e RDBs) que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos "*pro rata temporis*" até a data do balanço. As moedas eletrônicas se referem a saldos em conta de pagamento pré-paga, que é um produto Pag! e Will, ofertado aos clientes, por isso a classificação de todo saldo em circulante:

	30/6/2022			31/12/2021		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	577.765	553.140	1.130.905	269.046	513.099	782.145
Pós-fixados	134.207	371.398	505.605	61.376	200.200	261.576
Moeda Eletrônica	35.607	–	35.607	32.985	–	32.985
Total	**747.579**	**924.538**	**1.672.117**	**363.407**	**713.299**	**1.076.706**

b) Segregação por vencimento de Recursos de Aceites

Representados por Letras de Câmbio ("LC") emitidas, captadas com base em taxas pós-fixadas como base na remuneração do CDI e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

	30/6/2022			31/12/2021		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	94.472	384.459	478.931	81.192	412.987	494.179
Pós-fixados	125.234	214.231	339.465	133.989	247.514	381.503
Total	**219.706**	**598.690**	**818.396**	**215.181**	**660.501**	**875.682**

c) Relações Interfinanceiras

As transações parceladas que ocorrem no cartão de crédito, sem juros, com prazos máximos de 12 meses e, portanto, o saldo a pagar em cada exercício correspondente ao fluxo máximo de um ano.

	30/6/2022	31/12/2021
Valores a liquidar - Bandeira (a)	2.106.600	1.728.597
Valores a Liquidar - Operações	4.551	1.253
Total	**2.111.151**	**1.729.850**
Circulante	2.111.151	1.729.850
Não Circulante	–	–

(a) Valores a liquidar - Bandeira: O prazo máximo de recebimento das transações de pagamentos que os clientes executam é de 30 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação das bandeiras é de 27 dias a partir da data da transação.

d) Despesas de Juros

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Depósitos a Prazo	81.191	14.993
Aceites Cambiais	45.008	27.156
Outros	826	954
Total	**127.025**	**43.103**

13. Provisões e Contingências Passivas

a) Composição

	30/06/2022	31/12/2021
Passivos Contingentes - Cíveis	3.223	2.354
Total	**3.223**	**2.354**

O Grupo é parte em ações judiciais em curso normal de suas operações, envolvendo os aspectos tais de natureza cível. Esses assuntos são discutidos nas diferentes esferas e os quais, quando requerido no andamento dos processos, envolvem depósitos judiciais pela Will Pagamento como garantia do processo.

Estas provisões são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 30 de junho de 2022 totalizam o valor de R$ 3.223 (R$ 2.354 em 31 de dezembro de 2021). No fim do primeiro semestre de 2022, existem ainda processos cíveis de relação de consumo classificado como perda possível, sendo considerado como contingências passivas, no montante de R$ 456 (R$ 244 em 31 de dezembro de 2021).

b) Movimentação

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	**2.354**	**2.138**
Constituição	2.328	616
Reversão de provisão	(1.289)	(220)
Baixa por pagamento	(388)	(200)
Atualização monetária	218	20
Saldo Final	**3.223**	**2.354**

14. Outras Obrigações

	30/06/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos	**1.582**	**6.775**
IOF a Recolher	1.582	6.775
Fiscais e Previdenciárias	**28.428**	**30.864**
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21.060	25.412
PIS e COFINS	2.287	1.370
Outros	5.081	4.082
Diversas	**43.434**	**22.953**
Despesa de Pessoal	23.633	15.340
Credores diversos - Pais	19.801	7.613
Total	**73.444**	**60.592**
Circulante	73.444	60.592
Não Circulante	–	–

15. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

	2022	2021
	1° Semestre	1° Semestre
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**(83.528)**	**38.019**
Participações no Lucro	**(28)**	**(30)**
Resultado antes dos Impostos	**(83.556)**	**37.989**
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	**33.422**	**(15.195)**
Demais Despesas Indedutíveis	(1.107)	(594)
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1)	1.758	3.837
Adicional de IRPJ	12	
Efeito de participação em controladas	(78)	
Imposto de Renda e Contribuição Social	**34.008**	**(11.953)**
Impostos Correntes	(28.510)	(32.476)
Impostos Diferidos	62.518	20.523

(1) Efeito da constituição de crédito tributário referente à majoração da alíquota da CSLL a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 (Nota 3.p) e em 2021, em 01/03/2021 foi publicada a medida provisória (MP) n ° 1.034 que alterou a Lei n° 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL.

b) Despesas Tributárias

	2022	2021
	1° Semestre	1° Semestre
PIS/COFINS	10.156	11.729
ISS	1.551	932
Outras Despesas Tributárias	130	171
Total	**11.837**	**12.832**

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa e sobre prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do exercício e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c1. Ativos Fiscais Diferidos

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75.312	43.632
Provisão para contingências cíveis	1.191	942
Provisão para Credores Diversos	7.214	3.841
Provisão Valores pendentes	752	4.015
Total dos créditos sobre diferença temporária	**84.469**	**52.430**
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	156.754	121.778
Total IR e CS diferidos ativo	**241.223**	**174.208**

c2. Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2022	31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(242)	(131)
Provisão Incentivo Mastercard	(10.144)	(5.758)
Total IR e CS diferidos passivo	**(10.386)**	**(5.889)**

d) Expectativa de Realização

O aproveitamento dos créditos tributários está projetado para ser realizado como segue:

Realização do Crédito Tributário

	IRPJ		CSLL		Valor Contábil	Valor Presente
Ano	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2.022	51.003	–	32.607	–	83.610	78.377
2.023	537	–	322	–	859	737
2.024	–	1.388	–	833	2.221	1.832
2.025	–	4.900	–	2.940	7.840	6.086
2.026	–	11.650	–	6.990	18.640	14.340
2.027	–	17.033	–	10.220	27.253	19.780
2.028	–	22.648	–	13.589	36.236	24.811
2.029	–	28.794	–	17.276	46.070	29.759
2.030	–	11.559	–	6.936	18.495	11.271
Total	**51.540**	**97.972**	**32.929**	**58.784**	**241.223**	**186.993**

O valor presente dos tributos fiscais é de 186.993 (cento e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e três mil), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, conforme demonstrado no quadro acima.

16. Patrimônio Líquido

O Capital Social da Sociedade é de R$ 50.000, totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 40.000 (quarenta milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 20.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas, com direito a voto, e 20.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas, sem direito a voto.

Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pela aumento do capital social da Sociedade, em moeda corrente, no valor total de R$ 10.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R$ 40.000 (quarenta milhões de reais) para R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R$ 1 (um real) cada, sendo 5.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020.

Embora não haja alteração no capital do social do Conglomerado Prudencial, em 04 de março de 2020 e 02 de junho de 2020 foram deliberados aumentos de capital na Pagamento nos montantes de R$ 30.000 (trinta milhões de novas ações) e R$ 99.750 (noventa e nove milhões e setecentos e cinquenta de novas ações) respectivamente de acordo com Assembleias Gerais Extraordinárias.

Aumento de Capital

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R $250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira. Em 15 de setembro de 2021 foi realizado um aumento de capital na Will Financeira no valor total do investimento efetuado na Will Pagamentos, ou seja, R$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. E em 29 de Junho de 2022 o processo de homologação do aumento de capital do BACEN, foi aprovado por meio do Ofício 12998/2022-BCB. Assim, o capital social da Will Financeira é de R$300.000 (trezentos milhões de reais), dividido em 275.000 (duzentas e setenta e cinco) ações ordinárias e 25.000 (vinte e cinco mil) ações preferenciais.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. Nesse sentido, a Companhia não efetuou distribuição de dividendos no período, por julgá-lo incompatível com sua situação financeira.

Planos de participação societária futura

A Companhia oferece a colaboradores, administradores e parceiros selecionados, desde que aprovados pelo seu Conselho de Administração, planos de participação societária futura através de venda de opções. Tal plano possui natureza mercantil e objetivo de estimular o desenvolvimento da instituição no médio e longo prazo. As outorgas das operações essencialmente ocorrem em função da fluência do prazo, de acordo com a política implementada.

17. Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Receita de Prestação de Serviço

	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Receita de Intercâmbio (a)	77.476	46.311
Total	**77.476**	**46.311**

(a) São representadas pelas taxas geradas através da utilização dos cartões.

b) Despesas de Pessoal

	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Proventos	41.402	14.188
Benefícios	9.237	4.622
Encargos sociais	12.923	6.545
Outras despesas de pessoal	2.064	2.198
Total	**65.626**	**27.553**

c) Outras Despesas Administrativas

	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Serviços Técnicos Especializados (*)	23.313	21.755
Processamento de Dados	25.659	7.175
Serviços Financeiros	14.412	20.575
Contingências	869	237
Depreciação e amortização	8.490	3.209
Despesas de escritório	5.039	4.386
Despesas de Viagem	1.124	2.552
Despesas de marketing	40.607	13.654
Outros	4.777	6.411
Outras despesas relacionadas a crédito	**17.639**	**13.135**
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	17.639	13.135
Total	**141.929**	**93.089**

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados.

d) Outras Despesas Operacionais

	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Outras Despesas Operacionais	15.010	1.090
Prejuízo com baixa de Empréstimos	–	125
Total	**15.010**	**1.215**

e) Outras Receitas Operacionais

	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Multa Contratual	17	582
Outras Receitas Operacionais	14.657	23.015
Total	**14.674**	**23.597**

(a) Mora 1% a.m. e multa contratual 2% por evento.

18. Operações de Venda ou de Transferência de ativos financeiros

O resultado de venda ou de transferência de ativos financeiros, corresponde ao retorno das cessões efetuadas ao FIDC ao longo do semestre, que no primeiro semestre de 2022 o montante é de R$ 337.977 (R$ 134.248 em junho de 2021).

19. Partes Relacionadas

Remuneração a Administração

	2022	2021
	1º Semestre	1º Semestre
Honorários de diretores e conselheiros	1.556	1.470

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Índice de Basileia

Em decorrência do Acordo de Basiléia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição ao risco superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, a Will Financeira é a instituição líder do Conglomerado Prudencial Will, composto pelas seguintes empresas: Will Financeira, Will Pagamentos, FIDC, Will Holding e Will Produtos.

Por força da Resolução CMN nº 4.950, a Will Financeira elabora Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial consolidadas com demais entidades do grupo, estando sujeita, por determinação das Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, ao cálculo do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos para cobertura do montante dos ativos ponderados pelos riscos (RWA) e adicional de capital principal (ACP), em função do Conglomerado Prudencial.

Em função dessa consolidação a Will Financeira submete os ativos consolidados com aqueles de outras entidades do grupo à ponderação de riscos requerida. Em decorrência da estrutura societária atual, considerando as normas do Banco Central, a Will Financeira expurga o saldo do Patrimônio Líquido dessas entidades, quando do cálculo do Patrimônio de Referência ("PR"), ocasionando um desequilíbrio entre a ponderação dos ativos consolidados e o valor do patrimônio para a cobertura de riscos.

O Índice de Basiléia, calculado de forma consolidada através do Conglomerado Prudencial, é de 7,10%, na data-base de 30 de junho de 2022 (3,54% em 30 de junho de 2021). Com a homologação do aumento de capital (Nota 16), esse montante passou a ser considerado no cálculo do índice de Basileia.

Vale ressaltar que apesar do Conglomerado Prudencial consolidar a Will Pagamentos ("IP"), para o cálculo do PR o capital social desta, acrescido das reservas e resultados do período (incluindo as empresas controladas pela IP), não é considerado para fins de cálculo dos limites operacionais. Em relação ao RWAopad, o resultado também é considerado neste cálculo. Estes fatores em conjunto impactam negativamente o Índice de Basiléia do grupo.

Ainda, neste cenário de consolidação da IP, existe também uma deficiência devido ao gap normativo: o ativo intangível é retirado do PR total sem que o patrimônio líquido desta entidade seja adicionado.

b) Estrutura de Gerenciamento de Capital

Visa o monitoramento, o controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico.

Em decorrência do início de nossas atividades a partir de 06 de setembro de 2016, nossas projeções de capital foram estabelecidas em Plano de Negócios, confeccionado em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Grupo dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes de suas partes relacionadas. O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada - RWA_{CPAD}.

d) Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição. Nossas aplicações de recursos em operações de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e as captações através de Certificados de Depósito Bancários na sua grande maioria, por taxas pré-fixadas. O monitoramento de eventos externos que pudessem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse. Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas captações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2022, enquanto o giro das operações de crédito, em sua grande maioria é menor que este prazo. O que nos permitiria adotar eventuais medidas de proteção contra a eventual e futura elevação de taxas de juros. Outro mitigador importante é o fato da Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação.

Conforme Circular 3.876/2018 e a Resolução BCB 48/2020, instituídos a partir de jan/22, a instituição utiliza metodologias e procedimentos para avaliar a suficiência do valor do Patrimônio de Referência mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

e) Gerenciamento do Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Conforme facultado na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2022, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados à risco operacional.

f) Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basiléia, e nas melhores práticas sugeridas pelo *Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management*, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição.

21. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No primeiro semestre de 2022 não identificamos valores que deveriam ser classificados como resultados não recorrentes.

22. Eventos Subsequentes

No dia 18 de agosto de 2022, foi homologado e publicado no Diário Oficial, nº 157, Seção 3, página 157 a aprovação do Departamento de Organização do Sistema Financeiro para a Will Pagamentos iniciar o funcionamento como instituição de pagamentos, nas modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

will
BANK